

O PAPEL DO PROFESSOR REGENTE NA INCLUSÃO ESCOLAR

Elma Pereira Sousa ¹

RESUMO

A inclusão é um tema debatido mundialmente, isto porque a história da humanidade demonstra um amplo processo de preconceito e isso acabou deixando resquícios nos dias de hoje, pois mesmo com a conquista de vários direitos, pessoas com deficiência ainda encontram muitas dificuldades de se inserirem socialmente, seja na escola, no trabalho, na área pública, entre outras questões. Quando se fala em educação escolar, esse preconceito também é histórico. Por muito tempo, pessoas com deficiência foram impedidas de frequentar a mesma escola que pessoas que não possuem tais deficiências. Com o passar dos séculos, a sociedade como um todo foi modificando e assim, leis e instituições foram sendo criadas em prol dos direitos e da inserção desses indivíduos na sociedade. As instituições de ensino hoje vivenciam a proposta da educação inclusiva, onde o aluno com deficiência tem o direito de estudar na escola regular, o que seria muito benéfico a ele, principalmente, porque é uma forma de lutar contra preconceitos e promover uma maior inclusão desses indivíduos, na escola e na sociedade. Diante disso, o artigo tem como objetivo discutir o papel do professor regente na educação inclusiva, fazendo valer importância de sua formação como contributo em sua prática pedagógica. Para esta compreensão, terá como fundamento as contribuições de Mantoan (2003); Zeichner, Payne e Brayko (2015); Silva, Ramalho e Barbosa (2019), Bueno (1999), Ferreira, Mendes e Nunes (2003). A partir desse embasamento teórico, a metodologia será uma revisão bibliográfica desses autores. Sabe-se que é fundamental o papel do professor regente como mediador no processo ensino e aprendizagem, porém deve-se considerar que para realizar a inclusão todos devem participar, independente das diferenças de cada um.

Palavras-Chave: Professor Regente. Inclusão Escolar. Formação Docente. Aprendizagem

¹ Graduado do Curso de Pedagogia pela Unitins – TO, História pela Universidade Federal do Tocantins - UFT e Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar pela Universidade de Brasília (UNB) - Brasília – DF, elma.educar@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação como um direito social atende ao princípio igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, contido no Art. 206 da Constituição de 1988. Partindo dessa afirmação a educação inclusiva surge dentro do cenário educacional como uma forma de ensino inovador, capaz de alicerçar a garantia do direito à educação para todos, validando as diferenças humanas sejam elas físicas, intelectuais, culturais, étnicas ou outras.

A inclusão é um tema debatido mundialmente, isto porque a história da humanidade demonstra um amplo processo de preconceito, deixando assim resquícios nos dias de hoje, pois mesmo com a conquista de vários direitos, pessoas com deficiência ainda encontram muitas dificuldades de inserir-se socialmente, seja na escola, no trabalho, na área pública, entre outras questões.

Nesse contexto destaca-se a figura do professor, profissional que possui formação e qualificação para atuar junto a esses estudantes que possuem deficiência, auxiliando-os a vencer suas dificuldades, adaptando metodologias, conteúdos e oferecendo maiores possibilidades para que esse aluno consiga adaptar-se ao espaço escolar e também que tenha maiores possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento, porém, nem sempre o professor da sala regular irá conseguir atender todas as especificidades das crianças e estudantes.

O interesse da pesquisa surgiu como uma necessidade de ampliar a discussão na construção de saberes epistemológicos acerca do papel do professor regente na inclusão escolar, contribuindo com uma educação mais inclusiva, digna e cidadã com esses alunos.

Os objetivos do artigo resumiram-se em: Discutir a importância do papel do professor regente no processo de inclusão dos alunos; Enfocar a relação do professor de apoio com o professor regente e a importância do ensino colaborativo para o aluno com deficiência intelectual.

Para compreensão deste estudo, adotou-se uma pesquisa bibliográfica, na busca de resgatar as fontes primárias e secundárias acerca do fenômeno em questão, e que ampliará na discussão, enfatizando assim, a importância do professor regente como mediador, motivador, nesse processo de inclusão escolar. Sabe-se que a inclusão começa com o professor e se estende a toda escola, mostrando a importância de respeitar o outro como ele é, sua opinião, seu modo de ser e pensar, isso contribuirá não somente como uma escola inclusiva, mas para que sociedade e família se tornem mais inclusivas.



A educação inclusiva possui uma série de questões que devem ser observadas para que o professor trabalhe consciente sem perder o foco e sem pecar por desenvolver ações que não incluam com eficácia. Para ofertar aulas inclusivas é importante compreender que todo ser humano possui particularidades que são evidenciadas em limitações ou aptidões, que apoiam o professor na compreensão do perfil de cada estudante, que uma vez conhecido precisa ser considerado no planejamento como pressuposto para atender de forma diferenciada a maneira como cada um aprende.

METODOLOGIA

Para a compreensão do objeto de estudo, ou seja, do papel do professor regente na inclusão escolar, optou-se por uma pesquisa bibliográfica, em uma revisão de literatura das fontes secundárias de teóricos e especialistas, dando assim, uma visão panorâmica deste fenômeno. Severino (2016, p. 122) considera a pesquisa bibliográfica:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos

Para Fachin (2017) a pesquisa bibliográfica diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos em obras. Tem como finalidade fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e proporcionar a produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

ENTENDENDO A INCLUSÃO ESCOLAR

A compreensão da educação inclusiva e da ação do professor regente que nesse contexto exige, inicialmente, que se compreenda como a humanidade por séculos tratou e ainda trata o indivíduo com deficiência. A visão da sociedade sobre essas pessoas passou por diferentes momentos históricos, assim como retrata Rodrigues e Lima (2017), para quem essa compreensão é necessária para entender os direitos que atualmente são revertidos a essas pessoas, qual o papel da educação inclusiva e as lutas travadas contra o preconceito e a exclusão. Mantoan (2005, p. 9) nos diz que:



O objetivo da integração é inserir um aluno, ou grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.

Mantoan (2005) esclarece que a inclusão escolar é integração ou inserção de todos aqueles alunos que de uma forma ou de outra foram excluídos no ensino regular, e que agora são inseridos diante de uma nova configuração ou organização do sistema educacional para atender as necessidades desses alunos. É sabido que a inclusão escolar propõe um ensino que possa atender a todos, sem distinção, como forma de um direito constituído, e que acolha tantos deficientes, os ditos “normais”, respeitando sua cultura e diversidade.

No campo educacional a inclusão de pessoas com NEE recebe atenção de dois grupos: o mais radical, que luta em favor da inclusão de todas as pessoas no meio educacional, mesmo daqueles que apresente um grau mais severo (MANTOAN, 2002, 2004, 2005; MARTINS, 2003; STAINBANCK, 1999), e o grupo dos moderados - do qual compactuo com os pressupostos e perspectivas, que flexibiliza a possibilidade de acesso de determinados casos às classes regulares em função de suas próprias limitações físicas e psicológicas, necessitando de um acompanhamento especializado a fim de resguardar sua integridades. (CARVALHO, 2004, OMOTE, 2004).

Mesmo com as diferenças desses grupos, é perceptível considerar a necessidade e urgência de uma escola inclusiva, que é fruto não só de mudanças sistêmicas isoladas, mas conta com outros atores educacionais como a sociedade e família, como esclarece Gadotti (2007, p. 12)

A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população.

Para efetivação do processo de inclusão escolar são necessárias mudanças nas escolas, comunidade escolar, famílias e na população de modo geral, são parceiras fundamentais e colaborativas nesse processo de inclusão escolar. Mudanças a níveis estruturais, de organização, de material didático, de práticas pedagógicas, de mudança de mentalidade da sociedade e das famílias acerca da consciência da igualdade e o respeito à diferença do outro. Nisso, Gentili (2003, p. 54) pontua:



E esse é um dos desafios fundamentais de uma educação que contribua para quebrar o encanto do desencanto, para nos livrar da resignação, para recuperar ou para construir nossa consciência em critérios de igualdade de justiça, uma sociedade na qual a proclamação da liberdade individual não questiona os direitos e a felicidade de todos. Uma sociedade em que a diferença seja uma possibilidade para a construção de nossa autonomia, não o argumento para legitimar injustas desigualdades econômicas, sociais e políticas.

A consciência de igualdade para todos e de respeito à diversidade ou a diferença do outro são pilares fundamentais da inclusão escolar, e isso requer mudanças tanto na sociedade, na escola e na família. Essa compreensão de justiça social, de igualdade entre as pessoas, do respeito mútuo, do saber conviver, são fundamentais na construção de um ethos social, que irá combater todo tipo de injustiça, desigualdade, violência estrutural e institucional em que a sociedade vive. Por isso, a inclusão escolar perpassa por estes princípios de igualdade, respeito à diversidade, raça, cor, gênero, condição social, e tantos outros elementos constitutivos do ser humano.

O PAPEL DO PROFESSOR REGENTE NA INCLUSÃO ESCOLAR

O professor regente é fundamental como mediador, orientador, estimulador tanto no processo de inclusão quanto na aprendizagem desses alunos diversos e especiais. De acordo com Zeichner, Payne e Brayko (2015, p. 132)

Ser professor é conquistar uma posição no seio da profissão, mas é também tomar posição, publicamente, sobre os grandes temas educativos e participar na construção das políticas públicas. É aprender a intervir como professor. Obviamente, também aqui se exige uma preparação, uma consciência crítica, que tem de ser trabalhada desde a formação inicial.

Os autores supracitados salientam que a função do professor em um contexto geral da profissão docente, é ser um agente de conhecimento teórico-prático, tendo assim, uma visão crítica e reflexiva do processo educacional, em vista de tomar decisões e fazer intervenções que possam favorecer o processo de aprendizagem.

Acerca do papel do professor regente na inclusão escolar, Cota e Pereira (2015, p. 47) consideram:

O papel do professor regente ou de apoio é legitimar identidades sociais únicas e hegemônicas para construir uma história nacional é um grande desafio para os professores, uma vez que isso significa tornar acessível aos alunos o conhecimento sobre as diferentes sociedades e seus atuantes, bem como eliminar discursos discriminatórios, possibilitando, assim, uma compreensão de que é através das relações e mediações das experiências históricas com o “outro” que nos constituímos

O papel do professor como mediador no processo ensino e aprendizagem é fundamental, porém devemos considerar que para realizar a inclusão todos devem participar, independente das diferenças de cada um. O professor é quem passa mais tempo buscando caminhos para adequar o ensino aprendizagem para seus alunos; afinal um papel importante na prática docente é perceber as primeiras dificuldades de desenvolvimento da criança, indicando se algumas precisam de acompanhamento multidisciplinar e então fazer a ponte desse processo. (SILVA; SOBRAL, 2019; SILVA; RAMALHO; BARBOSA, 2019).

De acordo com os autores supracitados, é fundamental que o professor regente tenha uma equipe multidisciplinar para ajudá-lo nesse processo de inclusão e aprendizagem, utilizando ferramentas diversas, recursos metodológicos que possam contribuir na efetivação desse processo de inclusão.

Segundo Minetto (2008), para que isso seja possível: O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as intervenções poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas.

O papel do professor regente na inclusão escolar também está relacionado entre um planejamento específico até a execução das atividades em sala de aula, acompanhando de antemão o desenvolvimento intelectual, afetivo, social e psicomotor desses alunos. É certo que todo planejamento ou atividade pode ser revisto, mudado, para alcançar melhores resultados desses alunos.

Também é fundamental no processo da inclusão escolar a formação do professor, para que assim, possa realizar seu “múnus” ou papel da melhor forma possível e favorecer tanto a inclusão quanto a aprendizagem desses alunos diversos. Conforme Medeiros (2009, p. 29), a formação de professores é um processo que envolve tanto conhecimento teórico como conhecimento prático:

Em relação à formação de professores e à Educação Inclusiva, podemos dizer também, que esse encontro está em processo, visto que, nos cursos de formação inicial, esse tema ainda é pouco abordado, geralmente, com um ou dois componentes curriculares que tratam sobre o assunto. Cursos específicos sobre a inclusão escolar no Brasil são oferecidos em nível de graduação (em poucas universidades), extensão e pós-graduação.

Nesse sentido, Bueno (1999) coloca quatro desafios que a educação inclusiva impõe à formação de professores: formação teórica sólida ou uma formação adequada no que se refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos que envolvem tanto o "saber" como o "saber fazer" pedagógico; formação que possibilite dar conta das mais diversas diferenças, entre

elas, as crianças deficientes que foram incorporadas no processo educativo regular; formação específica sobre características, necessidades e procedimentos pedagógicos para as diferentes áreas de deficiência.

Nesse sentido, estudos de Ferreira e Ferreira, Góes e Laplane, Martins e Mendes (2004), Mittler (2003), Padilha (2001), Kassir, Bruno e Bueno (1999) defendem a formação inicial e continuada de professores para lidarem com a diversidade, a formação de educadores para o atendimento educacional especializado e para o apoio e suporte à inclusão. Entendem que o papel do professor especializado, além de atender às especificidades decorrentes da deficiência, deve priorizar o trabalho conjunto com a família, escola e comunidade, acompanhar e apoiar o projeto pedagógico e colaborar para a adequação da prática pedagógica no contexto escolar. A formação docente acadêmica, segundo Reis (2006), deve preparar o professor para o convívio com o outro, para ensinar o outro e para aprender com o outro, respeitadas as suas características sociais, biológicas e cognitivas, o que faz que cada um de nós seja diferente do outro. Essa é a essência humana.

O papel do professor na educação inclusiva é fundamental para minimizar os entraves existentes no ambiente escolar. Dentre outras questões relevantes que merecem ser discutidas para a evolução do processo ensino aprendizagem, a inclusão escolar ganha ênfase em virtude ao aumento da demanda de crianças com deficiência em incluí-las no contexto escolar reduzindo o índice de preconceito que atinge esse público.

A inclusão deve ser trabalhada de maneira peculiar, onde não somente o professor da sala de atendimento educacional especializado acredite no processo, e sim toda equipe escolar, especialmente o professor regente do ensino regular.

Toda equipe escolar deve ter o olhar para a igualdade e equidade, então a unidade escolar, deve estar aberta e sensível para acolher o estudante com deficiência, em decorrência, os demais servidores irão respeitar e abraçar os direitos dos estudantes com deficiência, assim tanto a instituição de ensino como o professor deverão estar alinhados em acolher e incluir o estudante com deficiência no seio escolar.

A educação inclusiva já é um grande desafio, existem algumas situações que ganham ênfase como a formação continuada para professores e demais profissionais, salas adaptadas fisicamente e superlotação dificultando o atendimento do professor o atendimento do professor ao estudante com deficiência, falta de flexibilização e adaptação curricular, estratégias pedagógicas com olhar voltado para a inclusão e não menos importante, a afetividade.

Com o objetivo de potencializar, apoiar e tornar o trabalho do professor regente mais eficaz, a Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional-TO, tem ofertado às docentes

formações continuadas voltadas ao ensino da educação inclusiva. Além disso, dispõe de uma equipe multidisciplinar especializada composta por: Assistente Social, Psicopedagogos, Psicólogas, Orientador Educacional e Intérpretes em Libras, a fim de atender e dar todo suporte pedagógico e psicológico necessário à criança/estudantes e aos professores da rede, tendo o Supervisor Educacional como mediador entre a escola e os profissionais supracitados.

Na medida que o professor regente conhece o seu aluno, e ou o perfil de sua sala, o mesmo o mesmo vai criando estratégias e metodologias para adequar o seu papel profissional. Esse trabalho inicialmente é realizado sincrônico com o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Essa sincronização faz-se necessária em virtude da primordialidade do professor regente incluir esse estudante, conhecer suas limitações e criar mecanismos para que o mesmo seja estimulado alcançando resultados e integrando-o no ensino regular.

A magnitude de formações continuadas aos profissionais da educação básica tem sido enfatizada em simpósios e congressos educacionais no município de Porto Nacional. Diante dos medos e dos desafios encontrados pelos professores da rede municipal de ensino e a crescente demanda para a inclusão, o professor precisa estar atuante buscando qualificação e capacita-se para atender as expectativas de aprendizagem, especialmente do público estudantil com deficiências em suas diversas especificidades a fim de promover um ensino igualitário atendendo às particularidades de cada estudante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta de educação inclusiva defende uma escola regular, em que todos os alunos sejam tratados como iguais em suas necessidades, buscando acabar com a exclusão escolar e com a segregação que faz com que alunos com deficiência não convivam com outros que não possuem essa característica. De acordo com as Diretrizes Nacionais da Educação Especial para Educação Básica (BRASIL, 2001) é importante que as escolas apresentem aptidão para receber os alunos, independente das características por eles apresentadas e assim:

O princípio fundamental desta política é de que o sistema regular deve atender a diversidade do alunado, isto é, todos os que se encontram excluídos, frequentadores da escola. Este atendimento inclui, necessariamente, o atendimento dos alunos considerados deficientes, tanto físicos, visuais, auditivos e mentais na escola regular (BRASIL, 2001, p.35).

A escola inclusiva deve responder às particularidades e as dificuldades de todos os alunos, seus estilos de aprendizagem e deve buscar qualidade no ensino para todos eles, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada um, e para isto, é de fundamental importância a existência de profissionais qualificados, que compreendam o que é a inclusão, os tipos de deficiências, quais dificuldades geram para a aprendizagem dos alunos e de que forma é possível auxiliá-los em seu desenvolvimento, trazendo propostas de ensino diferenciadas, baseadas em estratégias pedagógicas e metodológicas o mais variadas possível.

Diante dessa compreensão, o professor regente tem um papel preponderante tanto no processo de inclusão quanto na aprendizagem. Sobre o papel do professor, Cunha (2019, 101) esclarece:

Não há como falar de inclusão sem mencionar o papel do professor. É necessário que ele tenha condições de trabalhar com a inclusão e na inclusão. Será infrutífero para o educador aprender sobre dificuldades de aprendizagem e modos de intervenção psicopedagógica se não conseguir incluir o aluno. E como se faz inclusão? Primeiro, sem rótulos e, depois, com ações de qualidade. Nos rótulos, encontram-se as limitações do aprendente, ou melhor, as nossas limitações

O processo de inclusão escolar tendo o professor como mediador e incentivador, deve ser feito sem rótulos, sem limitar ainda mais esses alunos, que na vida já são rotulados pela família e a sociedade. Por isso, o educador tem que trabalhar ações ou intervenções que possam contribuir ainda mais, em seu processo de inclusão, e onde suas possibilidades sejam respeitadas e superadas, acreditando nas suas potencialidades e capacidades de reconstruir seu futuro.

Um fator que contribui com o papel ou a função do professor no processo de inclusão escolar é a boa relação com o aprendente. Segundo Morales (2001) a relação professor-aluno na sala de aula é complexa e abarca vários aspectos, ou seja, não se pode reduzi-la a uma fria relação didática nem a uma relação humana calorosa. Mas é preciso ver a globalidade da relação professor-aluno mediante um modelo simples relacionado diretamente com a motivação, mas que necessariamente abarca tudo o que acontece na sala de aula e há necessidade de desenvolver atividades motivadoras

De acordo com Rogers (1971): Quando o professor tem a habilidade de compreender as reações íntimas do aluno, quando tem a percepção sensível do modo como o aluno vê o processo de educação e de aprendizagem, então, cresce a possibilidade de aprendizagem significativa. Nesta perspectiva, é fundamental que o professor tenha a capacidade e habilidade de perceber



os desejos, as aspirações dos alunos em relação à aprendizagem, e isso é um fato importante para a eficácia do processo de inclusão e aprendizagem.

Quando pensamos em educação inclusiva abre-se um leque de possibilidades necessárias para que haja de fato um ensino de qualidade para que contorne e amenize os entraves que circunscrevem os estudantes com deficiência.

Nessa perspectiva, é notória a importância de ofertar formação continuada aos profissionais da educação básica a fim de capacitá-los objetivando enaltecer as habilidades dos estudantes com deficiência, vulnerabilidade social e diversidade étnica como indígenas e quilombolas.

Nesse contexto, para o professor regente é imprescindível que esteja munido de metodologias diversificadas e ativas para atender esse público de forma ampla e integral objetivando alcançar resultados significativos e satisfatórios na rede municipal de ensino de Porto Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor dentro da proposta da educação inclusiva demonstra-se um profissional de grande importância, pois é alguém que cria ações de mediação entre o aluno e o conhecimento e entre o aluno e a escola, possibilitando sua melhor socialização e desenvolvimento. É claro que este professor precisa de uma estrutura física adequada, a flexibilização e criação de materiais pedagógicos, a utilização de estratégias e recursos didático pedagógicos diferenciados, desenvolvimento de formas diferenciadas de comunicação e avaliação do aluno, inclusão nas diferentes atividades a serem desenvolvidas, e isso contando com uma equipe multidisciplinar e os professores de apoio para efetivação da inclusão escolar.

Vale ressaltar a importância das formações continuadas para os docentes com objetivo de frisar e avaliar as metodologias trabalhadas, adquirir novos conhecimentos se preparando para situações adversas que surgem no cenário da inclusão como: bullying, discriminação preconceito e agressões físicas, verbais ou psicológicas. Tendo em vista que o aprimoramento do professor acerca da inclusão implica em práticas pedagógicas em que o aluno aprenda, desenvolvendo competências sócio emocionais que o torne um cidadão que respeita as diferenças.

Também é importante a participação da sociedade, comunidade escolar, família, para ajudar o professor a diminuir os rótulos, os preconceitos, a falta de respeito a sua crença, a sua cultura, ao seu modo de ser e de agir, a sua opção sexual, e ao seu modo de pensar, e tantos



outros elementos constitutivos do Ser. Isso facilitará no planejamento e na execução das atividades em sala de aula e fora contribuindo assim, não somente com uma escola inclusiva, mas uma sociedade inclusiva.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos em primeiro lugar, a Deus, que fez com que nossos objetivos fossem alcançados, durante todos os nossos momentos de estudo. O Senhor é a minha força e o meu escudo; nele o meu coração confia, e dele recebo ajuda. Meu coração exulta de alegria, e com o meu cântico lhe darei graças. Salmos 28:7

Agradecemos ainda à Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional e à rede de ensino, como um todo, que acolheu o projeto e deu o apoio necessário.

A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento desta pesquisa, enriquecendo o nosso processo de aprendizado.

A todos manifestamos a nossa profunda gratidão.

REFERÊNCIAS:

BRASIL RESOLUÇÃO nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica [internet]**. 2001 set. 11. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>>. Acesso em 9 de agosto de 2022.

BUENO, J. G. da S. **Crianças com necessidades educacionais especiais, políticas públicas e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira da Educação Especial. Piracicaba: UNIMEP, v.3, n.5, 1999.

CARVALHO, Rosita Elder. *Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"*. Porto Alegre: Mediação, 2004, p. 176.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: . 8 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GADOTTI, M. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. 1. ed. – São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GENTILI, P.; ALENCAR C. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis: Vozes, 2003.



MANTOAN, M.T.E. **Ensinando à turma toda as diferenças na escola.** Pátio- Revista Pedagógica, 2002.

_____. **A hora da virada. Inclusão:** Revista da Educação Especial, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-28. 2005.

MEDEIROS, C. **Saberes Docentes e Autonomia dos Professores.** 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Porto alegre: Artmed, 2003.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva:** entendendo esse desafio. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MORALES, P.V. **A relação professor-aluno o que é, como se faz.** São Paulo. Editorial y Distribuidora, 2001.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação Inclusiva:** limites e perspectivas. Goiania: Descubra.2006

RODRIGUES, Ana Paula Neves; LIMA, Claudia Araújo de. **A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão.** Revista de Educação da Universidade Federal do Pernambuco, Caruaru, Brasil, v.3, n.5, 2017

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 24.ed. São Paulo: Cortez, 2016.

ZEICHNER, K., PAYNE, K. A., & BRAYKO, K. (2015). **Democratizing Teacher Education.** *Journal of Teacher Education*, 66, 122-135.